



# Amagis

## NA IMPRENSA

MARÇO DE 2015

HOJE EM DIA (BELO HORIZONTE) • 2 DE MARÇO DE 2015

---

► HERBERT CARNEIRO

---

# III17 UMA PROJEÇÃO DE RISCO

**Desde o fim de 2014, o número de presos em penitenciárias mineiras aumentou de 48 mil para 64 mil, até fevereiro. O presidente da Amagis destaca esse como o maior problema de defesa social**

Em um primeiro momento, não. Precisamos investir para valer em conciliar mais, nos valer mais dessas instâncias de conciliação. Mediar mais é outra maneira de buscar solução de problemas até mesmo nos valer da arbitragem. No campo criminal, precisamos nos valer da justiça restaurativa, uma experiência bem sucedida nos Estados Unidos. Não adianta ficar apagando incêndio, enxugando gelo na criminalidade. O cidadão comete um crime, o juiz responde prontamente, prende male solta de novo. Pela experiência que tenho de 22 anos como juiz, diante dessa nossa estrutura falida no sistema de justiça penal, nunca vi um cidadão cometer furto duas vezes. Ele comete primeiro o furto, vê que valeu a pena, aí o segundo crime é o roubo e o terceiro, latrocínio. Na quarta vez, ele se associa e vai traficar e matar, porque o sistema de justiça não mostrou para ele outro caminho. É muito preocupante se observarmos sob esse aspecto.

**Como o senhor avalia a proposta da Secretaria de Estado de Defesa Social para que delegados possam fazer um "primeiro julga-**

**mento" ao receberem uma ocorrência?**

Fiz uma visita ao secretário Bernardo Santana para registrar uma preocupação quanto a isso. O delegado recebe um registro, faz o que nós chamamos de termo circunstanciado de ocorrência e encaminha para a Justiça. O delegado não tem autorização para fazer além disso. Não estou tirando o mérito da intenção do secretário, aliás, fui oferecer a uma parceria do Poder Judiciário, mas, ao mesmo tempo, como presidente da associação, vim fazer o registro, porque converso com 700 juizes do Estado diariamente. Quando ele (Bernardo Santana) lançou essa ideia, os juizes entenderam que os delegados iriam exercer a função deles. Precisamos discutir isso. Esses crimes de pequeno potencial ofensivo, cujas penas não são superiores a quatro anos e quando o cidadão não é reincidente, a própria lei faculta ao juiz resolver com essa informalidade, mas não ao delegado. O delegado recebe e passa o registro. O papel dele é simplesmente distinguir se é crime de pequeno potencial ofensivo ou se é de maior potencial ofensivo, instaurar o inquérito e apurar. Não sou con-



tra, mas não se resolve isso dessa forma, isso é ilusão.

**Qual seria o caminho?**

Vamos fazer uma parceria, queremos ajuda para reforçar as estruturas do Judiciário, para fazer uma interlocução mais próxima das delegacias. Montar uma estrutura de videoaudiência em tempo real, por exemplo, como era feito antes. Fizemos isso durante oito anos na Vara de Execução em BH. Expedia os ofícios, os alvarás eletrônica-

mente. O problema da superlotação penitenciária talvez seja o mais grave da Secretaria de Estado de Defesa Social. Hoje, essa interlocução entre o sistema que prende e o sistema que tem o processo em mãos não está sendo feita de maneira eficiente. A comunicação não é boa, é feita na base do papel. A ainda não temos um sistema de comunicação informatizado entre a delegacia e o fórum e entre o fórum e o sistema prisional.

**Como está a implantação do processo judicial eletrônico em Minas?**

Estaremos preparados, em breve, já com cronograma para 2016 e 2017, para que todas as comarcas estejam informatizadas. Queremos fazer essa conexão o quanto antes. Belo Horizonte já tem todas as varas civis informatizadas. Agora, é fazer a ligação das demais com o sistema. A Alemanha é um exemplo para nós de um bom funcionamento em processo judicial eletrônico. O cidadão possui o mesmo registro em todos os sistemas do país. Nosso objetivo é concretizar isso em Minas e no Brasil, no menor espaço de tempo possível. Essa interatividade com outros sistemas, principalmente na área criminal, é extremamente importante. Passamos por diversos transtornos pela falta de um processo judicial eletrônico eficiente.

**A legislação também precisa ser aperfeiçoada para o melhor funcionamento do Judiciário?**

Essa é um das soluções que passam por discussões no Congresso Nacional: melhorar a qualidade da legislação. As legislações penal brasileira e processual pe-

nal são da década de 1940. O código de processo penal foi reformado em alguns pontos, mas não deixou de possibilitar ao cidadão cerca de 70 recursos. O Mensalão Mineiro, por exemplo, se for julgado pela Justiça comum, vai chegar ao Supremo Tribunal Federal prescrito. A reformulação de um código não se faz em menos de dez a 15 anos. Teria que haver uma união de esforços para isso. A competência da segurança pública nos estados, que é da União, é um dos pontos que precisamos rediscutir. Quando surge um problema grave em um estado, o governador tem que pedir favor à União. Se não for do mesmo partido, por exemplo, fica uma situação complicada, devendo um favor. Quando, na realidade, essa questão deveria sobrepor a qualquer interesse político. O Congresso Nacional tem que contribuir com isso e colocar projetos de reformado código em discussão. A Amagis, como braço político do Judiciário, está numa campanha para isso, além de coletar propostas para nosso estatuto da magistratura, um debate interno e externo sobre a nova Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), para encaminhar ao Congresso.

“O Judiciário é o estuário do cidadão que não pode resolver seus problemas com políticas públicas eficientes”



“Se continuarmos usando papel como meio de comunicação, estamos liquidados”

DURANTE APRESENTAÇÃO DO PRINCIPAL SUSPEITO DE BALEAR PROMOTOR EM MONTE CARMELO, AUTORIDADES CHAMAM A ATENÇÃO PARA VULNERABILIDADE DE JUÍZES E INTEGRANTES DO MP. SEGUNDO ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL, MINAS É O ESTADO COM MAIS MAGISTRADOS SOB RISCO

# AMEAÇAS PESAM NA BALANÇA DA JUSTIÇA

GUILHERME PRANAIBA E SANDRA KIEFER

O atentado a tiros contra o promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha – da comarca de Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Uberlândia, no Triângulo – ligou o alerta das autoridades para os riscos enfrentados por integrantes do Ministério Público e Judiciário mineiros. A segurança dos outros dois integrantes do Gaeco em Uberlândia foi reforçada, mesma medida tomada para os dois juizes de Monte Carmelo. A mulher e os dois filhos de Marcus Vinícius também estão sob escolta e foram retirados da cidade onde o promotor foi baleado na noite do sábado. No dia em que foi apresentado o acusado de ter cometido o ataque – Juliano Aparecido de Oliveira, de 21 anos, filho do ex-vereador de Monte Carmelo Valdelei José de Oliveira – o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses Vieira, cobrou incremento no trabalho já feito pelo MP para dar segurança aos integrantes da instituição. Já o responsável pelo Centro de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TIMG), desembargador José Osvaldo Furtado de Mendonça, acredita que o atentado não é um fato isolado e diz ser necessário dar uma resposta para garantir a integridade física de juizes e promotores.

Os últimos dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre juizes e desembargadores ameaçados em todo o país são de março de 2013. Com base nesses, 34 magistrados mineiros, entre juizes comuns e do Trabalho, estavam em situação de risco. Os números mostram que Minas liderava o ranking por estados, de um total de 202 autoridades do Judiciário sob ameaça no Brasil. O desembargador Furtado de Mendonça, do TIMG, estima que hoje sejam cerca de fraude em licitações. “Ele não apenas perdeu o cargo de vereador. O pai do suspeito era o chefe do esquema, dono de tudo, e chegou a ser preso depois das denúncias. Além do prejuízo financeiro, o processo vexatório na cidade pequena gerou muita revolta na família. Em um dia, o vereador era rei, e no outro passou a não ter mais nada”, disse. O delegado acredita ser menos provável a ligação de Juliano com organizações de traficantes.

Porém, outras autoridades não descartam a possibilidade. O procurador André Ubaldino lembrou que outra frente de investigação de Marcus Vinícius aborda a disputa entre grupos rivais no tráfico de drogas no Triângulo Mineiro. “Se Juliano foi alertado por advogados, pode estar alegando ter atirado contra o promotor que destruiu a vida do pai dele como forma de atenuar a penalidade. Se for julgado por homicídio simples, a pena prevista é de seis a 20 anos de prisão. Se for condenado por vinculação com o tráfico, sobe para entre 12 e 30 anos.”

O acusado será indiciado por tentativa de homicídio duplamente qualificada, por motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima. Ontem, Juliano negou-se a responder às perguntas dos repórteres. Apenas fez gestos de negativa com a cabeça quando perguntado se seu o pai estava envolvido no crime. O ex-vereador Valdelei José de Oliveira está preso preventivamente, desde o fim de semana, mas não assume nenhuma participação no atentado.

**MAIS PROTEÇÃO** O desembargador Furtado de Mendonça, do Centro de Segurança Institucional do TIMG, diz que a maior dificuldade para dar proteção a autoridades como o promotor de Monte Carmelo está exatamente no interior, devido à estrutura mais acanhada de cidades menores. Para o promotor Fernando Henrique Zorzi Zordan, um dos membros do Gaeco de Uberlândia que tiveram a segurança reforçada, é necessário apa-

10 sob atenção especial em Minas. “A partir do momento em que um integrante do MP, por exemplo, é atacado a tiros, não vejo isso como ação isolada. Mostra que o crime está se organizando e precisamos dar uma resposta. Temos que atuar preventivamente”, afirma.

No caso do promotor de Monte Carmelo, essa proteção não chegou a tempo. Marcus Vinícius chegou a notificar que estava sendo ameaçado pelo vereador Valdelei José de Oliveira – pai do autor confesso dos disparos – mas dispensou escolta armada. “É óbvio que a ação dos promotores desperta antagonismos, mas que nem sempre se traduzem em pedido de escolta policial. Esse juízo é pessoal”, explica o procurador André Ubaldino, que representou ontem o Ministério Público na entrevista coletiva convocada para tratar do assunto, na Cidade Administrativa do governo de Minas.

De acordo com a polícia, o autor confesso do crime foi preso por volta de meia-noite em um churrasco, na cidade próxima de Romaria. Ele foi para a comemoração depois de descarregar a arma contra o promotor, atingido nas costas e no braço. Ainda tentou recarregar a pistola, mas o pente de balas caiu no chão e Marcus Vinícius conseguiu correr e gritar por socorro. “Testemunhas disseram que ele ficou de campana a tarde inteira, em frente ao Ministério Público, montado na moto, aguardando a saída do promotor. Aguardou das 15h até umas 20h, quando a vítima deixou a promotoria”, relata a delegada Cláudia Coelho Franchi, de Monte Carmelo, que atua no caso com o também delegado Wilton José Fernandes.

Para Wilton, a principal motivação do crime parece ter sido mesmo a revolta de Juliano em relação à perda de mandato do pai, cassado em função das investigações conduzidas pelo promotor para esclarecer um esquema de reinar melhor as instituições. “É preciso investir em equipamentos, estrutura policial, sedes mais seguras e uma logística melhor de deslocamento”, afirma.

O Ministério Público de Minas não fornece dados sobre promotores em situação de risco ou acompanhados de perto pela polícia. O presidente da AMMP, Nedens Ulisses Freire Vieira, embora elogie o trabalho feito para proteger os colegas, alerta ser necessário uma estrutura mais robusta. “Todos os que são atendidos elogiam o trabalho, mas a violência tem aumentado bastante, o que exige cobrança pela ampliação e aperfeiçoamento do combate ao crime contra promotores de Justiça”, diz Nedens, que levará a reivindicação à Procuradoria-Geral de Justiça. Em nota, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudiou o atentado. “Mais do que um ataque a um operador do direito, os 12 tiros disparados foram um claro atentado com o intuito de atingir todo o sistema de Justiça e a democracia”, diz texto assinado pelo presidente da instituição, desembargador Herbert Carneiro.

**EVOLUÇÃO** Depois de ser atingido por quatro tiros, de pelo menos 12 disparados por uma pistola calibre 380, o promotor Marcus Vinícius vem se recuperando bem e saiu do Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Santa Clara, onde está internado, em Uberlândia. Ele respira normalmente e foi transferido para um quarto, onde mantém um dreno no pulmão direito, perfurado por uma das balas. Com a diminuição da sedação, já tem conversado com algumas pessoas.



Juliano Aparecido de Oliveira foi preso em churrasco depois do crime. Promotor foi ajeitado nas costas e no braço

## SENTENÇAS DE RISCO

Mais de 30 magistrados enfrentam situação de perigo devido ao seu trabalho em Minas, um terço sob segurança especial



## MEMÓRIA

### Os treze tiros que abalaram o estado

A investida mais evidente do crime organizado em Minas aconteceu em janeiro de 2002 quando foi executado o promotor Francisco José Lins do Rêgo Santos, que investigava a máfia de adulteração de combustíveis, responsável por desvios de até 15% da arrecadação de ICMS do estado. Lins do Rêgo teve o carro interceptado por uma moto no movimentado cruzamento da Rua Joaquim Murinho com Avenida Prudente de Moraes, no Bairro Santo Antônio, Centro-Sul de BH. Os ocupantes da motocicleta – que fizeram lembrar os ataques de mafiosos na Colômbia –, descarregaram 13 balas de uma pistola semiautomática 380 contra o alvo. O mandante foi o empresário Luciano Farah Nascimento – dono da Rede West de Combustíveis – que já tinha sido autuado várias vezes por irregularidades nos seus postos. Durante fiscalização, em setembro de 2001, o empresário foi flagrado discutindo de



forma exaltada com o promotor (foto). Farah foi preso 16 dias depois do assassinato, que mobilizou uma força-tarefa envolvendo Ministério Público estadual e polícias Federal, Civil e Militar. Sentenciado a 21 anos de prisão, era ele quem pilotava a moto no dia do crime. Teve como comparsas o ex-policia civil Edson Nogueira e ex-office boy Geraldo Parreiras, também condenados. O assassinato alterou toda a estrutura de combate ao crime organizado no país, com a criação de um grupo de procuradores e promotores que atua nacionalmente, colaborando na investigação de crimes. Em Minas foram criados em várias comarcas braços da Coordenadoria de Combate ao Crime Organizado. (Márcia Clara Prates)

HOJE EM DIA (BELO HORIZONTE) • 24 DE FEVEREIRO DE 2015

**VISITA AO HOJE EM DIA**

CARLOS RENCX



O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador **Herbert José Almeida Carneiro** (à esquerda), foi recebido na sede do jornal **Hoje em Dia** pelos diretores **Erasmo Cabral**, **Antonio Carlos Tardeli** e pelo presidente e fundador do Grupo Bel, **Marco Aurélio Jarjur Carneiro**. A visita de cortesia do magistrado rendeu uma entrevista exclusiva, que será publicada na Página Dois da próxima segunda-feira.

FOLHA DE SÃO PAULO (BLOG DO FRED) • 27 DE FEVEREIRO DE 2015

**Frederico Vasconcelos**  
Interesse Público

Perfil  
Frederico Vasconcelos é repórter especial da Folha  
PERFIL COMPLETO

## Juízes repudiam atentado a promotor

POR FREDERICO VASCONCELOS  
27/02/15 06:58

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) participará de ato público em Uberlândia, nesta sexta-feira (27), em repúdio ao atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, e realizará manifestações em todas as seccionais em 27 cidades do interior mineiro.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, os 12 tiros disparados contra o promotor, em frente à Promotoria Pública, foram também um atentado a todo o sistema de Justiça e ao estado de direito.

A manifestação de Uberlândia terá caráter nacional e será organizada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, Amagis/MG, Associação Mineira do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais e Conselho Nacional do Ministério Público.

O ato acontece na sede da OAB de Uberlândia (Avenida Rondon Pacheco, 980). Nas seccionais da Amagis, o ato será realizado nos fóruns das

No último domingo, a Amagis divulgou a seguinte nota condenando o atentado.

**Amagis repudia atentado a promotor de Justiça de Monte Carmelo**

A Amagis repudia veementemente o atentado contra o promotor de Justiça Marcos Vinícius Ribeiro Cunha, que foi ferido gravemente com três tiros na noite de sábado (21), em Monte Carmelo, no Triângulo Mineiro, durante o exercício (plantão) de sua atividade profissional, em frente à sede da Promotoria.

Mais do que um ataque a um operador do direito, os 12 tiros disparados foram um claro atentado com o intuito de atingir todo o sistema de Justiça e a democracia.

A Associação dos Magistrados Mineiros se solidariza com os familiares do promotor e com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e convoca as entidades democráticas e a sociedade a condenarem o odioso ato.

Aos insatisfeitos com as decisões do sistema Justiça, existem o direito constitucional de defesa e recursos a várias instâncias como garante o devido processo legal.

De nossa parte, não nos intimidaremos com ameaças e atentados. Confiamos na pronta e rápida atuação dos órgãos de defesa e inteligência do MPMG, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e das forças públicas de segurança. A Amagis estará sempre ao lado daqueles que atuam em defesa da justiça e da paz social.

ESTADO DE MINAS (SITE) • 25 DE FEVEREIRO DE 2015

em.com.br | Gerais

Gerais Política Economia Nacional Internacional Educação Te

Crime em Monte Carmelo

## Procurador-geral da República vem a MG para ato público em repúdio a atentado contra promotor

O encontro entre promotores e juizes será no Center Convention do Center Shopping Uberlândia, no Triângulo Mineiro

postado em 25/02/2015 11:39 / atualizado em 25/02/2015 12:24  
Luana Cruz /

Promotores e juizes de Minas Gerais vão fazer um ato público na tarde de sexta-feira em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, em repúdio ao atentado sofrido pelo promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, em Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, no último sábado. Ele foi baleado e dois suspeitos do crime, entre eles um ex-vereador investigado pelo servidor durante uma operação do Ministério Público de Minas Gerais, estão presos.

Paranaíba, no último sábado. Ele foi baleado e dois suspeitos do crime, entre eles um ex-vereador investigado pelo servidor durante uma operação do Ministério Público de Minas Gerais, estão presos.

**Saiba mais**

Segurança será reforçada nas Gacetas de Minas Gerais depois de atentado contra promotor

Filho de ex-vereador de Monte Carmelo foi preso em churrasco após atentado a promotor

Secretário de Defesa Social determina empenho total na apuração de atentado contra promotor

Promotor de Justiça é baleado e ex-vereador está preso suspeito de planejar crime

Promotor vítima de atentado em MG deve receber alta de hospital ainda nesta quarta-feira

O encontro será no Center Convention do Center Shopping Uberlândia (Av. João Naves de Ávila, n.º 1331). As autoridades vão palestrar sobre a segurança de promotores e magistrados e entre os participantes estão o procurador-geral de Justiça de Minas, Carlos André Mariani Bittencourt e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Também vão participar do ato integrantes do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (PGJ-MG), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS).

Na terça-feira, o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt informou que o Ministério Público vai reforçar o sistema de proteção aos procuradores e promotores que atuam no combate ao crime organizado, improbidade administrativa e corrupção.

Segundo o último boletim médico divulgado pelo Hospital Santa Clara, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o promotor Marcus Vinícius continua internado. O relatório da tarde de terça-feira afirma que o paciente está evoluindo bem ao tratamento, passou uma série de exames laboratoriais e respira sem aparelhos.